



**3º SIMULADO
PARA 1ª FASE**

XXXIII

EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-XXXIII-28-08>



Este caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, WhatsApp, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

Dr. Marinho tentou ingressar em sala de Sessão do Tribunal, quando foi impedido, sob a justificativa de que se tratava de uma área reservada aos magistrados.

Inconformado, o advogado protestou perante a atitude do funcionário do Tribunal, mas não obteve êxito.

Nesta situação, de acordo com o disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Dr. Marinho foi impedido corretamente, pois não é permitido que advogados entrem na parte reservada aos magistrados das salas de sessões dos tribunais.
- b) Dr. Marinho foi impedido corretamente, uma vez que deveria agendar horário para ingressar na parte reservada aos magistrados.
- c) Dr. Marinho não poderia ter sido impedido, já que lhe é garantido o livre acesso a qualquer sala de sessão do tribunal, quando no horário de expediente.
- d) Dr. Marinho não poderia ter sido impedido de ingressar na sala, já que constitui direito dos advogados o livre ingresso nas salas de sessões dos tribunais, ainda que em área reservada aos magistrados.

Questão 2

Dr. Pedro contrata Adriel, como estagiário, diante de sua expertise para algumas atividades, além de ser inscrito na OAB, nesta condição. Contudo, em determinado dia, Dr. Pedro determina que Adriel assine uma petição de juntada de documentos a determinado processo judicial, o que lhe gera grande receio frente aos ditames do CED.

Assim, acerca do tema, estagiário, assinale a alternativa correta.

- a) Adriel pode assinar, ainda que isoladamente, petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.
- b) Adriel só poderia assinar a petição de juntada de documentos em conjunto com o advogado.
- c) Adriel incorreu em infração ética, pois o estagiário não pode praticar nenhum ato jurídico isolado.
- d) Adriel deverá ser apenado com censura, já que a prática do ato dependeria de ratificação pelo advogado.

Questão 3

O próspero escritório do Professor Vanderlei Garcia contratou a advogada, Tortuguita Ferreira, como empregada, para fins de auxiliá-lo em sede de processos trabalhistas. Acerca dos direitos de Tortuguita, como advogada empregada, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada empregada está obrigada à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego.
- b) A jornada de trabalho da advogada, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de oito horas contínuas e quarenta e quatro horas semanais.
- c) As horas trabalhadas pela advogada que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
- d) Os honorários de sucumbência, percebidos pela advogada empregada da sociedade de advogados são partilhados entre ela e a empregadora, na forma estabelecida em acordo.

Questão 4

Alisson Grael atuou como advogado da Sociedade “XWZ” Ltda. em sede de processo de recuperação judicial. Contudo, até o presente momento, a sociedade não adimpliu os honorários advocatícios cobrados pelo advogado, e tampouco respondeu às propostas amigáveis para fins de quitação.

Tendo ciência que há cheque emitido pela sociedade empresária em favor do advogado, assinale a alternativa correta.

- a) O cheque emitido pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável, poderá ser levado a protesto.
- b) O cheque emitido pelo cliente em favor do advogado, independente de frustrada a tentativa de recebimento amigável, não poderá ser levado a protesto, diante do sigilo profissional envolto na relação.
- c) O cheque emitido pelo cliente em favor do advogado não poderá ser levado a protesto, haja vista a vedação legal de recebimento de honorários via cheque ou nota promissória.
- d) O cheque emitido pelo cliente em favor do advogado apenas poderá ser levado a protesto, quando houver tal previsão no contrato de prestação de serviço.

Questão 5

Dr. Fernando Lima, advogado, foi contratado pela empresa “Doces e Encantos” Ltda. com intuito de representá-la em ação trabalhista promovida por Ana Francisca, ex-empregada da empresa. Em audiência, o magistrado exigiu a identidade profissional do advogado, e alertou acerca de sua obrigatoriedade diante da não apresentação por Dr. Fernando.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O uso do documento de identidade profissional é facultativo, pois não constitui prova de identidade civil para fins legais.
- b) O uso do documento de identidade profissional é obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.
- c) O uso do documento de identidade profissional é obrigatório no exercício da atividade de advogado, porém facultativo para os estagiários.
- d) O uso do documento de identidade profissional é obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário, embora não constitua prova de identidade civil para fins legais.

Questão 6

Em 10/10/2020 foi instaurado um processo disciplinar, diante da infração ética praticada por Dr. Pompeu, o qual foi notificado para apresentar defesa prévia, mas não foi localizado, sendo declarado revel.

Diante do fato de o representado ter sido declarado revel, assinale a alternativa correta:

- a) Será aplicada a presunção de veracidade dos fatos narrados na representação, não podendo mais o acusado defender-se.
- b) Deverá se nomear defensor dativo ao acusado, o qual apresentará a defesa normalmente.
- c) O processo será suspenso até que se localize o advogado para fins de defesa.
- d) O prazo prescricional para punição ficará suspenso até que o acusado possa apresentar a sua defesa no processo.

Questão 7

Dra. Joana pretende receber os honorários advocatícios devidos por sua cliente, Mariquinha, ao passo que também objetiva quitar uma dívida que possuía com a atual cliente. Neste sentido, a advogada procura Mariquinha e lhe propõem compensar a dívida que possuía para com ela, de forma que a cliente deverá apenas lhe pagar o saldo remanescente.

Diante da narrativa apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, somente será admissível quando o contrato de prestação de serviços a autorizar.
- b) A compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, não será admissível, já que os honorários possuem caráter alimentar.
- c) A advogada incorre em infração disciplinar, apenada com suspensão, ao dispor dos honorários advocatícios para fins de compensação.
- d) A advogada poderá realizar a compensação até o limite do que é devido pela cliente em sede de contrato de honorários.

Questão 8

Dra. Janete foi contratada como advogada de Robson para defendê-lo em sede de uma ação de divórcio. Contudo, diante do desgaste da relação profissional estabelecida, a advogada optou por renunciar ao mandado, mas divulgou diversos detalhes do que lhe foi confessado pelo ex-cliente, apenas com o intuito de prejudicá-lo.

Instaurou-se processo disciplinar na OAB, e a advogada responde por violar sigilo profissional. Nesta hipótese, a advogada poderá ser apenada em

- a) suspensão.
- b) multa progressiva.
- c) censura.
- d) exclusão, com retenção de honorários.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9**Sobre a teoria de Jürgen Habermas, é CORRETO afirmar:**

- a) Há uma identificação intrínseca entre legalidade e legitimidade. É da característica da norma aprovada pelo Legislativo ser legal e legítima, ainda que produzida sem consenso, coisa difícil de alcançar.
- b) O debate equitativo é desejável para o consenso social sobre a norma, mas não interfere em sua legitimidade.
- c) O fundamento democrático do Direito se encontra na representatividade democrática, podendo se esgotar na eleição de representantes para legislar no bom interesse do povo.
- d) A legitimidade é resultante do entrelaçamento entre os processos jurídicos e uma argumentação moral que obedece à sua própria rationalidade procedural.

Questão 10**Segundo a teoria tridimensional do direito:**

- a) A construção jurídica se erige por meio de três elementos: evento, preceito e norma.
- b) A análise dos fatos jurídicos prescinde da interação do fato com a validade social.
- c) A norma representa uma solução temporária de uma tensão dialética entre fatos e valores.
- d) O valor se refere ao fator objetivo, dentro do ser, ao passo que o fato se refere ao elemento subjetivo, dentro do dever ser.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

O policial Pedro, chateado com a falta de critérios diferenciados para a concessão de benefícios, aos policiais civis, pelo regime próprio de previdência social existente no referido Estado procura a associação dos policiais civis do Estado X para explicar a situação. Assim, a associação começou um grande movimento visando a instituição de critérios diferenciados para a concessão de benefícios, aos policiais civis, pelo regime próprio de previdência social existente no referido Estado. A parlamentar Maria soube da situação e pediu que sua assessoria jurídica se manifestasse sobre a possibilidade de atendê-la. A assessoria jurídica respondeu que de acordo com a Constituição da República de 1988:

- a) há critérios diferenciados para a concessão de benefícios, aos policiais civis, no regime próprio de previdência social. Assim, a associação não tem verdadeiro interesse em seu pedido.
- b) é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para a concessão de benefícios em regime próprio de previdência social. Assim, a pretensão não poderia ser atendida.
- c) apenas é permitida a adoção dos critérios diferenciados que ela própria estabeleceu, os quais não podem ser ampliados pela legislação infraconstitucional. Assim, a pretensão não poderia ser atendida.
- d) há permissão para que lei complementar estadual estabeleça critérios diferenciados para a concessão de benefícios em regime próprio de previdência social aos policiais civis. Assim, a pretensão poderia ser atendida.

Questão 12

O Estado Beta, em função da diversidade ideológica e religiosa existente em sua região, decidiu desmembrar-se com o objetivo de formar dois novos Estados. Analisando a situação narrada, é correto afirmar que o desmembramento:

- a) será constitucional se houver aprovação diretamente da população interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por meio de lei ordinária.
- b) é inconstitucional, já que a unidade federativa é cláusula pétrea imutável de acordo com a Constituição.
- c) será constitucional desde que a proposta seja aprovada pela população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e, cumulativamente, pelo Congresso Nacional, por lei complementar.
- d) será constitucional desde que aprovada pela Assembleia do Estado mediante lei estadual e, cumulativamente, pelo Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

Questão 13

O Senador Albertinho do Povo deixou de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias do Senado Federal. Diante da situação, é correto afirmar que:

- a) haverá a perda do mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por 3/5 do Senado Federal.
- b) ocorrerá a perda do mandato, mediante decisão constitutiva do Congresso Nacional, assegurando-se contraditório e ampla defesa.
- c) haverá a perda do mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por maioria absoluta do Senado Federal, independentemente de que lhe seja assegurado contraditório e ampla defesa.
- d) ocorrerá a perda do mandato, mediante decisão declaratória do Senado Federal, salvo se a ausência decorra de licença ou missão autorizada pela Casa legislativa.

Questão 14

O Presidente da República Osvaldo da Paz, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa visando o restabelecimento da paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local D. Diante da situação apresentada e com base no ordenamento jurídico vigente, podemos afirmar que:

- a) o estado de defesa poderá ser instituído pelo prazo máximo de 40 dias, prorrogado uma única vez por mais 40 dias.
- b) o direito de reunião poderá ser restrinido, excetuando-se naquelas exercidas no seio das associações.
- c) o decreto poderá restringir o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- d) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.

Questão 15

O Presidente da República FULANINHO decidiu nomear como novo Ministro de Defesa BELTRANINHO. Alguns doutrinadores questionaram a nomeação, afirmando que BELTRANINHO não atende aos requisitos necessários para exercer o cargo. Diante da situação apresentada, é correto afirmar que:

- a) BELTRANINHO uma vez nomeado, caso pratique crime de responsabilidade juntamente com o Presidente da República, será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) BELTRANINHO obrigatoriamente, deverá possuir mais de 21 anos de idade e ser exclusivamente brasileiro nato, no gozo de seus direitos políticos.
- c) BELTRANINHO deverá ter no máximo 30 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo dos seus direitos políticos.
- d) BELTRANINHO tendo preenchido os requisitos constitucionais para sua nomeação e assumido o cargo, caso pratique infração penal comum, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão 16

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram o Projeto de Lei nº 123. O Presidente da República vetou integralmente, argumentando que era inconstitucional, já que afrontava Súmula Vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.

Embora fosse flagrante a inobservância da Súmula Vinculante, o veto foi derrubado, daí resultando na promulgação, em 2021, da Lei nº 123/2021. É possível uma impugnação direta da Lei nº 123, perante o Supremo Tribunal Federal, apenas por meio de:

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental ou reclamação.
- c) reclamação.
- d) reclamação ou ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 17

O Poder Legislativo do Estado Gama aprovou e o governador Pedrinho sancionou e promulgou a Lei nº YYY, que fixou a competência do Tribunal de Justiça para o processo e o julgamento de habeas data impetrados contra atos de certas autoridades. A Lei nº YYY é

- a) **inconstitucional**, pois as competências do Tribunal de Justiça devem ser previstas na Constituição do Estado.
- b) **constitucional**, desde que a iniciativa do respectivo projeto de lei tenha sido de Desembargador do respectivo TJ.
- c) **inconstitucional**, pois as competências do Tribunal de Justiça apenas podem estar previstas na lei de organização judiciária.
- d) **constitucional**, desde que seja observado o princípio da simetria em relação à Constituição da República de 1988.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

O Tribunal Penal Internacional (TPI), previsto e criado pelo Estatuto de Roma em 1998, iniciou seus trabalhos em julho de 2002. Em abril de 2020, a desembargadora Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi indicada para concorrer a uma vaga na referida corte. Se aprovada, a magistrada seria a segunda brasileira a ocupar uma cadeira no TPI desde a sua criação – a primeira foi a jurista Sylvia Steiner. Ao acompanhar o noticiário e essas informações, sua família questionou se o Brasil não poderia deixar a cargo do Tribunal o julgamento dos casos mais graves envolvendo violação aos direitos humanos e tráfico internacional de drogas.

Ao perceber que o tema despertou a curiosidade de todos, você, como advogado atuante na defesa dos direitos humanos, explica que o Tribunal Penal Internacional:

- a) é uma instituição transitória, atuando apenas em face de crimes contra a humanidade, a exemplo de guerras e atentados terroristas.
- b) é uma instituição com sede em Haia e, sempre que entender conveniente, poderá funcionar em outro local. O Tribunal tem personalidade jurídica internacional e poderá exercer seus poderes e funções apenas no território dos Estados signatários do Estatuto de Roma.
- c) é uma instituição permanente, cuja competência está restrita aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional, a exemplo do genocídio, dos crimes contra a humanidade e crimes de guerra.
- d) poderá julgar crimes cometidos a qualquer tempo, ainda que anteriores a entrada em vigor do Estatuto de Roma.

Questão 19

Pedro é uma pessoa com deficiência e, em razão da sua idade já avançada, desconhece os direitos voltados à sua proteção. Seu neto, jovem estudante de Direito, após participar de uma semana de conscientização, chega em casa querendo demonstrar o que aprendera.

Com base na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, pode-se afirmar que:

- a) Pedro pode ser enquadrado como pessoa com deficiência por apresentar impedimentos de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- b) Considera-se como adaptação razoável o ajuste necessário e adequado que, sem acarretar ônus desproporcional ou indevido, assegura que Pedro possa gozar ou exercer, em igualdade com as demais pessoas, todos os seus direitos humanos e liberdade fundamentais. A recusa de adaptação razoável, quando requerida, será considerada como ilícito civil, cabendo a propositura de ação indenizatória, mas não configura discriminação.
- c) Embora extremamente relevante no cenário internacional e impactante nos ordenamentos jurídicos internos, a Convenção não prevê a utilização de relatórios como forma de averiguação do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados.
- d) Havendo violação dos direitos previstos na Convenção, admite-se a utilização de petições individuais ao Comitê. Em algumas hipóteses, a comunicação individual não será admitida, a exemplo da ausência de esgotamento dos recursos internos disponíveis e se a comunicação não estiver sido fundamentada suficientemente.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

A empresa Kill Bill Katanas, especializada em espadas samurai, sediada no Japão, celebrou contrato internacional de compra e venda com a sociedade empresária Seagal Samurais, com sede na Argentina. O contrato foi celebrado na China, em razão de uma feira de artes marciais que ali se realizava. Conforme estipulado no contrato, as espadas deveriam ser entregues pela Kill Bill Katanas na cidade do Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 2020, onde a sociedade Seagal Samurais possui uma filial em que treina lutadores de artes marciais.

Diante da situação, e considerando as regras de Direito Internacional Privado veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e no estatuto processual civil brasileiro (Código de Processo Civil – CPC), assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Se as espadas não forem entregues no prazo combinado, o Poder Judiciário brasileiro é competente para julgar eventual demanda em que a credora postule o cumprimento do contrato.
- b) No tocante à regência das obrigações, aplica-se, no caso vertente, a legislação chinesa.
- c) O Poder Judiciário Brasileiro não é competente para julgar eventual ação por inadimplemento contratual, pois o contrato não foi constituído no Brasil.
- d) O juiz, não conhecendo a lei estrangeira, poderá exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

Questão 21

Logan Roy, dono de um conglomerado do entretenimento estadunidense, decide investir no Brasil, tanto abrindo uma filial de empresa jornalística, quanto na área da assistência à saúde. Para tanto, contrata o seu escritório pessoal de advocacia para descobrir a regulamentação pertinente quanto ao capital estrangeiro no Brasil.

Considerando as disposições constitucionais sobre o assunto, assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.
- b) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, salvo nos casos previstos em lei.
- c) O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.
- d) Os investimentos de capital estrangeiro, o incentivo aos reinvestimentos e a regulação à remessa de lucros serão disciplinados em lei, tendo por base o interesse nacional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

A pessoa jurídica ABC Ltda. foi notificada acerca de um AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado em razão da utilização indevida de créditos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Por não concordar com a autuação ela apresentou, no prazo legal, a impugnação administrativa cabível, que ainda se encontra pendente de análise e decisão pelo órgão competente. Porém, como ela participará de uma licitação, precisará de certidão de regularidade fiscal. Na hipótese, considerando que a contribuinte não possui outros débitos perante a Fazenda Pública autuante, assinale a afirmativa correta:

- a) A impugnação ao Auto de Infração impede a emissão da certidão de regularidade fiscal se estiver desacompanhada do pagamento do débito.
- b) Ela poderá participar da licitação somente após a análise e decisão da impugnação administrativa.
- c) A impugnação tempestiva ao Auto de Infração suspende a exigibilidade do crédito e permite a emissão da certidão de regularidade fiscal.
- d) A impugnação tempestiva ao Auto de Infração impede a emissão da certidão de regularidade fiscal se estiver desacompanhada do depósito do montante integral do débito.

Questão 23

Atendendo recomendação do Ministro da Economia e com o objetivo de preservar os interesses da indústria nacional, o Presidente da República publicou Decreto majorando a alíquota do II - Imposto de Importação sobre veículos automotores, de 25% para 50%, obedecendo aos limites estipulado em lei. Com base nessa hipótese, assinale a alternativa correta sobre a majoração das alíquotas do II - Imposto de Importação:

- a) Deve ser promovida por meio lei ordinária.
- b) Deve observar o princípio da irretroatividade.
- c) Deve observar o princípio da anterioridade anual ou de exercício.
- d) Deve observar o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena.

Questão 24

Diante da rápida elevação dos gastos e sem qualquer orçamento para custear as despesas adicionais com a saúde pública, o Presidente da República instituiu Empréstimo Compulsório por meio de Medida Provisória para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública declarada, ocasionada pela pandemia da Covid-19. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta sobre o Empréstimo Compulsório:

- a) Não pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- b) Pode ser instituído por meio de lei comum.
- c) Pode ser instituído somente pelos Estados-membros.
- d) Não pode ser instituído por meio de Medida Provisória.

Questão 25

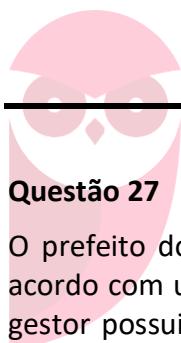
Determinado contribuinte praticou o fato gerador do ISS - Imposto sobre Serviços em 24 de maio de 2015, deixando de declarar e de recolher o imposto devido. Após o encerramento do procedimento de fiscalização a que foi submetido, em 10 de janeiro de 2017, o contribuinte foi notificado do AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa em 15 de fevereiro de 2017. Como o débito não foi pago e não houve suspensão da sua exigibilidade, houve a respectiva inscrição em Dívida Ativa em 02 de agosto de 2018. A execução fiscal foi ajuizada em 10 de outubro de 2019 e a citação do contribuinte, agora executado, ocorreu em 05 de fevereiro de 2020. Considerando que o contribuinte devedor alienou todos os seus bens sem reservar montante suficiente para o pagamento do tributo devido, assinale a alternativa que indica o marco temporal, segundo o CTN, caracterizador da fraude à execução fiscal, em termos de data de alienação:

- a) 10 de janeiro de 2017.
- b) 02 de agosto de 2018.
- c) 10 de outubro de 2019.
- d) 05 de fevereiro de 2020.

Questão 26

Maria e Joana são irmãs e coproprietárias de um imóvel localizado na área urbana do Município. Como tal, são contribuintes obrigadas solidariamente ao pagamento do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e da Taxa de Coleta de Lixo lançada conjuntamente com o imposto. Ocorre que foi publicada uma lei que isenta os aposentados pensionistas do INSS do pagamento do IPTU, sendo este o caso de Joana. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) A isenção não exonera Maria, que permanece obrigada a pagar o saldo remanescente do imposto, descontada a fração isenta em favor de Joana.
- b) Como o débito é único, Maria ficará totalmente exonerado do pagamento do imposto em razão da isenção concedida em favor de Joana.
- c) A isenção é estendida à Taxa de Coleta de Lixo.
- d) Maria permanece obrigada a pagar integralmente o imposto, já que a isenção retira Joana do polo passivo da obrigação.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

Questão 27

O prefeito do Município Alfa, no exercício de suas atividades administrativas, pretende celebrar acordo com um grupo de trabalhadores que moveram ação contra a Administração. Ocorre que o gestor possui uma série de incertezas jurídicas acerca dessa situação contenciosa, especialmente no que tange à aplicação do direito público. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) O compromisso pretendido pelo Prefeito de Alfa terá validade a partir de sua celebração.
- b) O prefeito deverá realizar consulta pública antes da celebração do acordo.
- c) Se fosse caso de expedição de licença, o prefeito não poderia celebrar acordo ou compromisso, pois é ato vinculado.
- d) Para que seja possível a celebração do acordo, devem estar presentes razões de relevante interesse geral.

Questão 28

O Estado Zeta pretende realizar licitação para a realização de obra de construção de uma ponte, para melhor atender à população e, também, para melhorar a fluidez do trânsito e dar maior eficiência ao serviço de transporte público. A obra custará R\$ 100.000.000,00 e o contratado será responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo. Levando em consideração que a Administração Pública Estadual adotará a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de uma contratação semi-integrada.
- b) O critério de julgamento poderá ser o do maior retorno econômico.
- c) A modalidade a ser adotada na licitação deverá ser diálogo competitivo.
- d) A obra poderá ser caracterizada como de grande vulto.

Questão 29

José, agente público do Município Gama, permitiu, de modo não intencional, que chegasse ao conhecimento de terceiros, antes da respectiva divulgação oficial, o teor de uma medida política econômica que, em breve, seria tomada pelo Prefeito e afetaria o preço de vários produtos alimentícios. É correto dizer, que José:

- a) não praticou ato de improbidade administrativa
- b) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- c) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- d) praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Questão 30

A empresa Honestos S.A., do ramo alimentício, estava passando por dificuldades financeiras e, para não fechar as portas, passou a utilizar de matéria prima fora do prazo de validade, bem como a adulterar vários documentos para que a fiscalização não descobrisse. Um certo dia, Joaquim, fiscal da Anvisa, chegou na empresa para realizar fiscalização, mas os administradores fizeram todo o possível para dificultar a fiscalização, restringindo o acesso de Joaquim, escondendo documentos e ordenando que os funcionários não fornecessem informações ao fiscal. Ao perceberem que não poderiam impedir Joaquim de realizar a fiscalização, os dirigentes da empresa ofereceram a quantia de R\$ 50.000 para que ele fosse embora sem realizar seu trabalho. Sobre essa situação, é correto afirmar:

- a) Por se tratar de empresa privada, não se pode afirmar que ficou configurado ato lesivo à administração pública nacional.
- b) A responsabilização pelos atos ilícitos recairá sobre os administradores, que dificultaram a fiscalização por parte de Joaquim, e não sobre a empresa Honestos S.A.
- c) É possível que o Ministério Público ajuíze ação com vistas à aplicação da sanção de suspensão ou interdição parcial das atividades da empresa, cumulativamente à sanção de proibição de receber incentivos e subsídios de entidades públicas pelo prazo de 1 a 5 anos.
- d) Tanto a empresa Honestos S.A. quanto seus dirigentes serão responsabilizados pelos atos lesivos, porém apenas no âmbito administrativo.

Questão 31

Misael, servidor público federal, é parte em processo administrativo cuja comissão é presidida por Aline, colega de trabalho de Misael há 5 anos. Ocorre que, Lívia, esposa de Misael e servidora do mesmo órgão público, não mantém relações cordiais com Aline. Desta feita, é correto dizer que:

- a) Misael pode alegar impedimento de Aline e requerer seu afastamento, pois sua decisão ficará viciada em razão de atritos com Lívia.
- b) Misael pode alegar suspeição de Aline e requerer seu afastamento, em razão da inimizade entre ela e Lívia.
- c) Aline poderá continuar presidindo a comissão, pois não há motivo legal para ser afastada.
- d) Caso a alegação de suspeição de Aline seja indeferida, Misael tem direto a recurso com efeito suspensivo.

Questão 32

Adamastor, policial civil, realizou a prisão em flagrante de Vanderlei, que roubou o celular de Patrícia, uma senhora de 80 anos, em uma via pública. Vanderlei foi violento com Patrícia, dando-lhe socos porque ela se recusou a entregar o celular. Adamastor ficou furioso com a violência praticada contra uma idosa e, por motivo de satisfação pessoal, algemou Vanderlei de maneira bastante apertada, retirou sua camiseta em via pública e lhe aplicou vários tapas e chutes, além de constrangê-lo com várias palavras de baixo calão. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Adamastor não é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, posto que a Lei 13.869/2019 não se aplica aos membros das polícias militar e civil.
- b) Não é possível, em nenhuma hipótese, que Adamastor perca o cargo público, caso seja servidor estável.
- c) Adamastor ficará submetido à pena detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.
- d) O crime praticado por Adamastor é de ação penal pública incondicionada.



Estratégia

OAB

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

O Sr. João é o gestor de uma unidade de conservação (UC) da categoria Área de Proteção Ambiental (APA), localizada em área cujo bioma predominante é o Cerrado. Com a finalidade de eliminar biomassa, nutrir o solo e evitar a dominação de espécies de flora de mata atlântica na UC, o Sr. João pretende atear fogo controlado em parte da unidade.

Entretanto, sem saber se a prática seria permitida, o Sr. João decide consultar a procuradora do órgão gestor da unidade de conservação em que atua, a Sra. Joana.

Sabendo que as características ecológicas da vegetação de Cerrado estão associadas evolutivamente à ocorrência do fogo e supondo que a Sra. Joana tenha instruído o Sr. João corretamente perante a legislação ambiental brasileira, a informação por ela passada ao Sr. João foi a de que:

- a) Nesse caso, o fogo não pode ser ateado, pois provocar incêndio em mata ou floresta é crime ambiental que não comporta exceções, nos termos da Lei nº 9.605/98.
- b) Se houver prévia aprovação do órgão gestor da unidade de conservação e previsão no plano de manejo da APA, pode haver a queima controlada visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa.
- c) A queima, mesmo controlada, não é permitida em Área de Proteção Ambiental, por se tratar de unidade de conservação de proteção integral.
- d) O uso do fogo pode ser permitido no Cerrado, desde que seja respeitada reserva legal de 20% da unidades de conservação e ela esteja localizada fora da Amazônia Legal.

Questão 34

A empresa XYZ atua no saneamento básico municipal, operando os serviços de captação, tratamento e distribuição de água à população do município Beta. Considerando a legislação ambiental relativa à proteção dos recursos hídricos, ao licenciamento ambiental e à responsabilização ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) Caso a empresa XYZ queira realizar uma obra hidráulica para facilitar a captação e a distribuição da água e esse empreendimento seja considerado potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, exigir-se-á o estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente.
- b) Caso o representante legal da empresa cometa infração ambiental no interesse da entidade, a responsabilização da empresa XYZ fica limitada às esferas administrativa e civil, aplicando-se a responsabilização penal apenas ao representante legal que cometeu o ato.
- c) A empresa XYZ não precisa solicitar a outorga pelo direito de usos dos recursos hídricos para captação da água se o empreendimento não for considerado potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.
- d) Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referente à execução de obras e serviços hidráulicos, a empresa XYZ fica sujeita à penalidade de multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Questão 35**

Felipe, jovem capaz, cursando pós-graduação, adquiriu um aparelho de som de Luiz, seu amigo de longa data. O aparelho custava R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais) e Felipe deu uma nota de R\$ 200,00 (duzentos reais). Como troco, Luiz deu a Felipe uma nota de R\$ 78,00 (setenta e oito reais). É correto afirmar que o negócio jurídico está:

- a) viciado por lesão
- b) viciado por erro
- c) viciado por dolo
- d) sem vícios

Questão 36

Vitor, passando por dificuldades financeiras, pegou um valor de R\$ 4.000 (quatro mil reais) com Lucas, dando como garantia a sua moto, avaliada em R\$ 7.000 (sete mil reais). Alguns dias depois, Vitor precisou de mais R\$ 4.000 (quatro mil reais), dando o seu carro como garantia a Lucas. Ambas as dívidas venceram e Lucas ofereceu o pagamento da segunda dívida antes, para liberar o seu carro da garantia. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Trata-se de imputação ao pagamento, podendo Vitor indicar a qual dívida oferece pagamento.
- b) Trata-se de dação em pagamento, podendo Vitor indicar a qual dívida oferece pagamento.
- c) Trata-se de imputação ao pagamento, porém, a escolha da dívida que será paga primeiro é de Lucas, o credor.
- d) Trata-se de novação, pois Vitor quer inverter e pagar a segunda dívida primeiro.

Questão 37

André, pessoa com deficiência, celebrou negócio jurídico com Jonas, adquirindo um aparelho de som. Ocorre que André não tinha conhecimento sobre aparelhos de som e Jonas vendeu por um preço muito acima do que realmente valia. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta:

- a) O negócio jurídico é anulável, pois André é relativamente incapaz. O prazo para a anulação é decadencial de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico.
- b) O negócio jurídico é nulo, pois André é absolutamente incapaz. O prazo para a anulação é decadencial de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico.
- c) O negócio jurídico é anulável, pois houve lesão. O prazo para a anulação é decadencial de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico.
- d) O negócio jurídico é anulável, pois André é relativamente incapaz e houve lesão. O prazo para a anulação é decadencial de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico.

Questão 38

Clara e Saul casaram-se no regime de comunhão parcial de bens em 2010. Porém, em janeiro de 2021 o relacionamento terminou. Clara possui os seguintes bens: um apartamento que herdou de seu pai, em 2012, um carro que adquiriu em 2016, o valor duzentos mil reais que ganhou na loteria em 2017 e uma casa, que adquiriu em 2019, onerosamente, com valores do seu trabalho. Saul, por sua vez, possui: uma casa que adquiriu em 2008, um imóvel comercial que recebeu por doação de uma tia em 2011 e um carro que adquiriu em 2017, onerosamente, com valores do seu trabalho. Sobre a partilha de bens, assinale a afirmativa correta:

- a) Deverão ser partilhados os seguintes bens: o apartamento, o carro e a casa de Clara, bem como o carro de Saul.
- b) Não entram na partilha os seguintes bens: o apartamento de Clara, bem como a casa e o imóvel comercial de Saul.
- c) O valor duzentos mil reais que Clara ganhou na loteria em 2017 não deve ser partilhado, pois excluído da comunhão.
- d) Todos os bens de Clara deverão ser partilhados, pois adquiridos na constância da união.

Questão 39

Lídia é administradora de uma sociedade limitada que comerce cosméticos, da qual Luana e Cristiane são sócias. Alguns credores descobriram que Luana e Lídia estabeleceram um esquema de desvio de recursos da sociedade para seus patrimônios individuais, sem que Cristiane soubesse de qualquer indício a respeito. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Os bens de Cristiane serão atingidos em uma eventual desconsideração da personalidade jurídica, pois ela é sócia da sociedade empresarial.
- b) Os bens de Cristiane não serão atingidos em uma eventual desconsideração da personalidade jurídica, pois ela não obteve proveito no caso.
- c) A confusão patrimonial consiste na utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. Portanto, tanto os sócios quanto os administradores devem ser responsabilizados, sendo os seus bens atingidos com a desconsideração.
- d) A confusão patrimonial consiste na ausência de separação de fato entre os patrimônios, portanto, tanto os sócios quanto os administradores devem ser responsabilizados, sendo os seus bens atingidos com a desconsideração.

Questão 40

Tiago adquiriu um carro de João, em fevereiro de 2021, no valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais). Em junho de 2021, Tiago foi notificado por Rafael, que afirmava ser o verdadeiro dono do carro vendido por João. Tiago entrou em contato com João, que afirmou não ser mais responsável pelo veículo. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Caso Tiago perca o carro por sentença em favor de Rafael, João deverá restituir integralmente o preço e ainda indenizá-lo pelas despesas do contrato e outros prejuízos que tiver pelo negócio.
- b) Caso Tiago perca o carro por sentença em favor de Rafael, João não será responsabilizado, pois trata-se de uma decisão judicial.
- c) Tiago não deverá perder o bem, pois se comprovou que ele não tinha conhecimento sobre a propriedade de Rafael.
- d) Caso Tiago perca o carro por sentença judicial em favor de Rafael, João deverá devolver o valor pago, integralmente, sem que outros valores sejam pagos, pois não se convencionou a respeito.

Questão 41

Bruna faleceu deixando testamento. Como sua última vontade, Bruna destinou bens para constituir uma fundação, com o objetivo de alfabetizar adultos e crianças. Sobre a fundação, assinale a afirmativa correta:

- a) Caso os bens deixados por Bruna não sejam suficientes para constituir a fundação, deverão voltar ao patrimônio dos herdeiros da instituidora.
- b) Caso os bens deixados por Bruna não sejam suficientes para constituir a fundação, deverão ser incorporados a outra com fim semelhante.
- c) Bruna não poderá constituir a fundação com esse fim, pois a lei determina que as fundações somente podem ter fins científicos e de saúde.
- d) velará pelas fundações o Ministério Público da União.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Os alunos do 1º ano do Ensino Médio de um colégio decidem, como comemoração pelo término do ano letivo, viajar para a Argentina. Pesquisaram os preços das passagens, hospedagem e visita aos principais pontos turísticos. Embora quisessem ir sozinhos, os alunos sabiam que não poderiam embarcar e, por isso, pediram que o pai de Pedrinho viajasse também como responsável pelo grupo.

Com base na situação narrada e nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Se o pai de Pedrinho for estrangeiro e residir na Espanha, faz-se necessária autorização de todos os pais permitindo que seus filhos façam a viagem em sua companhia, dispensando-se a autorização judicial.
- b) Para que possa viajar na companhia do pai, Pedrinho precisará de autorização expressa fornecida pela mãe com firma reconhecida.
- c) Todos os adolescentes precisarão obrigatoriamente de autorização judicial para realizar a sonhada viagem para a Argentina.
- d) Em se tratando de viagem internacional, o ECA exige autorização apenas para que as crianças viajem na companhia de terceiros.

Questão 43

Paulinho, mais conhecido como “mão leve”, está internado por ato infracional equiparado ao crime de roubo. De acordo com as previsões do ECA sobre essa medida, é correto afirmar que:

- a) A internação de Paulinho será feita na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável. As visitas serão, pelo menos, semanais e só poderão ser temporariamente suspensas se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade.
- b) A internação é uma medida privativa de liberdade e orientada pelos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devendo ser reavaliada, mediante decisão fundamentada do magistrado, no máximo a cada três meses.
- c) A internação, guiada pelo princípio da brevidade, terá duração máxima de dois anos.
- d) Paulinho, enquanto estiver privado de sua liberdade, terá direito a ser tratado com respeito e dignidade, corresponder-se com familiares e amigos e receber visitas, ao menos, mensalmente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Martina, uma senhora de cinquenta anos de idade, foi diagnosticada como portadora de esclerose múltipla, uma doença autoimune em que lesões nos nervos causam distúrbios na comunicação entre o cérebro e o corpo. Após perder os movimentos das pernas, tornou-se dependente de cadeira de rodas. Wilson, marido de Martina, adquiriu, então, uma cadeira de rodas elétrica para sua esposa na loja Tudo de saúde. Porém, com quatro dias de uso, o produto parou de funcionar. Wilson procurou imediatamente a loja para substituição da cadeira, sendo informado pelo vendedor que ele deveria aguardar trinta dias para conserto do produto pelo fabricante. Diante do caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Assiste razão ao vendedor, de modo que Wilson deve aguardar trinta dias para conserto e, caso não seja sanado o vício, exigir a substituição do produto, a devolução do dinheiro corrigido monetariamente ou o abatimento proporcional do preço.
- b) Wilson não pode ser considerado consumidor, uma vez que não é destinatário final do produto, de modo que não tem direito à devolução da quantia paga.
- c) Wilson não precisa aguardar prazo algum para que o fabricante conserte a cadeira, uma vez que se trata de produto essencial, o que lhe dá o direito de exigir a substituição imediata.
- d) Caso seja impossível a substituição do produto por outro da mesma espécie, Wilson pode escolher modelo diverso, mas sem direito à restituição de eventual diferença de preço.

Questão 45

Laura celebrou um contrato de adesão de mútuo com a instituição Total Bank, dando como garantia o penhor de joias que recebeu de herança de sua avó. Após a entrega das joias, recebeu o crédito em sua conta. Laura já havia quitado 10 das 20 parcelas que deveria adimplir quando tomou conhecimento pelas redes sociais que o banco foi vítima de um roubo. Preocupada com as joias empenhadas, entrou em contato com a instituição financeira, que relatou terem sido perdidos todos os objetos empenhados. Laura, então, questionou como ficaria a devolução dos bens ao final do contrato, tendo sido informada que o contrato trazia expresso que em caso de furto ou roubo dos bens empenhados, o banco, ao final do contrato, apenas reembolsaria o valor de 30% da avaliação das joias. Ela, então, procurou você, na qualidade de advogado, que deverá informá-la corretamente que:

- a) Laura deverá ser restituída na forma expressa no contrato, pois ao assiná-lo anuiu ao fato de que, em caso de furto e roubo, teria direito apenas à indenização de 30% sobre o valor da avaliação dos bens empenhados.
- b) A cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil deve ser declarada abusiva.
- c) Deve ser aplicado ao caso a teoria do “pacta sunt servanda”, não se admitindo discutir a legalidade das cláusulas, por não ser apostila a instituições financeiras as regras do Código de Defesa do Consumidor.
- d) Em eventual ação judicial, não é necessário que Laura faça pedido expresso para declaração de abusividade de cláusula contratual, uma vez que o juiz poderá decretá-las nulas de ofício.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

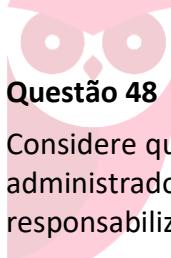
Poderá requerer a recuperação judicial o devedor

- a) que, no momento do pedido, exerce regularmente suas atividades empresariais pelo período mínimo de seis meses.
- b) que obteve recuperação judicial anterior, desde que decorridos ao menos 2 anos da publicação da sentença concessiva desta.
- c) condenado por crimes falimentares, desde que decorridos ao menos 3 anos, bem como pelo cumprimento da penalidade imposta.
- d) falido, desde que estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades decorrentes da falência.

Questão 47

Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto às partes e a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Pessoas Jurídicas, e de publicado na imprensa local.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, mesmo não contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado, pelo prazo de três anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- c) A transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- d) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência; no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição persistirá durante o prazo contratual, não podendo ser superior a cinco anos.



Estratégia

OAB

Questão 48

Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização

- a) deverá recarregar primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.
- b) dos sócios restrinquir-se-á aos valores de suas quotas de capital.
- c) dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.
- d) será solidária em face da não integralização total do capital social.

Questão 49

Cheque é título de crédito sacado contra instituição financeira e que

- a) para a execução contra o emitente, tem prazo prescricional de 6 meses a contar de sua emissão.
- b) para execução contra o emitente, depende de prévio protesto por falta de pagamento.
- c) depois de prescrito, não pode estribar ação monitória relativa ao respectivo crédito.
- d) depois de prescrito, pode ser objeto de ação de locupletamento contra o emitente.

Questão 50

Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na omissão do contrato social da sociedade limitada, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de mais de 1/4 (um quarto) do número de sócios.
- b) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de 3 (três) ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia anual de sócios.
- c) A convocação da reunião ou da assembleia de sócios é atribuição que pertence, exclusivamente, aos administradores da sociedade.
- d) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Amália estava num *happy hour* com as amigas quando recebeu uma notificação do sistema de processo judicial eletrônico no Tribunal: o juiz havia sentenciado um processo que tramitava há menos de dois meses. A felicidade de Amália durou pouco pois tratava-se de sentença sem resolução do mérito. Nesse caso, qual pode ter sido o motivo para tal desfecho?

- a) O juiz pode ter indeferido a petição inicial ou o processo pode ter ficado parado por mais de 30 (trinta) dias por negligência das partes.
- b) O autor, por não promover os atos e diligências que lhe incumbiam, abandonou a causa por mais de um ano.
- c) O juiz verificou a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo ou deparou-se com a ausência de legitimidade da parte.
- d) Houve homologação de transação ou de renúncia à pretensão formulada na ação.

Questão 52

Toretto é condutor de uma ambulância do SAMU e, ao saber que o paciente acabara de sofrer uma parada cardíaca, ligou a sirene e cortou todos os semáforos, passou por cima de calçadas e, em meio às manobras, causou grande dano a diversos veículos. Embora compreendessem a situação, os prejudicados decidiram ajuizar uma ação indenizatória em face do Estado para reaver os valores dispendidos nos reparos dos automóveis. Como era de se esperar, os pedidos foram procedentes e o Estado foi condenado.

Com base na situação narrada, pode-se afirmar:

- a) Considerando que a sentença foi proferida contra o Estado, estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos enquanto não confirmada pelo tribunal. No entanto, para que possa ser reexaminada, faz-se necessário que o Estado ajuíze o recurso cabível.
- b) Se o valor da condenação for inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos, a sentença não será submetida à remessa necessária.
- c) O Código de Processo Civil dispensa a remessa necessária apenas com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na causa.
- d) A sentença não será submetida ao reexame pelo Tribunal quando estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, assunção de competência ou reclamação.

Questão 53

A coisa julgada é a propriedade que reveste a decisão não mais sujeita a recurso. A liquidação, por sua vez, será realizada quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) Augusto e Antenor poderão, a qualquer momento, discutir questões já decididas e sobre as quais se operou a preclusão, desde que tal debate permita a autocomposição das partes.
- b) Bruna, juíza da 1ª Vara Cível, não poderá decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, ainda que se trate de uma relação jurídica de trato continuado.
- c) Carlos poderá promover o cumprimento da sentença quando a apuração do valor depender apenas de cálculos aritméticos.
- d) Daniel, parte sucumbente na ação, requereu a liquidação da sentença e aproveitou a oportunidade para discutir novamente a lide.

Questão 54

Ana Beatriz foi condenada ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos materiais e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em razão de danos morais e estéticos causados a Carlos em um acidente automobilístico. Ao entrar em contato com seu advogado, Ana Beatriz foi informada que:

- a) O cumprimento da sentença, do mesmo modo que ocorre com a liquidação, poderá ser realizado a requerimento do exequente ou do executado.
- b) Ana Beatriz poderá ser intimada para cumprir a sentença pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado, ou por carta com aviso de recebimento.
- c) Se Carlos requerer o cumprimento da sentença após um ano do trânsito em julgado, Ana Beatriz deverá ser intimada pessoalmente por meio de carta com aviso de recebimento.
- d) Carlos poderá levar a decisão a protesto, ainda que não tenha transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

Questão 55

Maria Rita foi contratada para revisar os processos antigos de um escritório. O objetivo era verificar a possibilidade de ajuizamento de ação rescisória ou o arquivamento em definitivo. Na primeira semana de trabalho, Maria Rita ficou bastante feliz pois conseguira detectar duas ações em que a rescisória seria cabível. Nesse caso:

- a) A decisão pode ter sido proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente.
- b) É certo que a ação rescisória proposta deverá ter por objeto toda a decisão.
- c) Os atos de disposição de direitos e homologados pelo juízo, na fase de conhecimento ou de execução, poderão ser rescindidos.
- d) A legitimidade da rescisória está restrita às partes do processo ou aos terceiros juridicamente interessados, sendo vedada ao Ministério Público.

Questão 56

Inconformada com a decisão que a condenou ao pagamento de danos materiais, morais e estéticos, Ana Beatriz decide recorrer. Considerando a Teoria Geral dos Recursos, pode-se afirmar:

- a) A interposição recursal impede a eficácia da decisão e, desse modo, o exequente ficará impedido de praticar atos expropriatórios.
- b) Caso mude de ideia e decida desistir do recurso, Ana Beatriz deverá peticionar ao juízo informando sua vontade e dependerá da anuência do recorrido.
- c) No ato de interposição recursal, Ana Beatriz deverá comprovar o pagamento do preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção. Caso o processo esteja tramitando virtualmente, será dispensado o recolhimento do porte de remessa e retorno.
- d) Caso Ana Beatriz não comprove o recolhimento do preparo no ato de interposição do recurso, será realizada a sua intimação para que recolha o valor em dobro, sob pena de deserção. Havendo comprovação de que o recolhimento não foi realizado por justo impedimento, o juiz deferirá a Ana Beatriz o prazo de 15 dias para que o efetue.

Questão 57

O Código de Processo Civil prevê que da sentença cabe apelação e esta foi a medida adotada por Igor ao deparar-se com a improcedência dos pedidos formulados na sua petição inicial. Sobre referida espécie recursal, é correto que:

- a) Igor não poderá apelar de questões resolvidas na fase de conhecimento do processo, visto que estas deverão ser objeto de agravo de instrumento.
- b) A apelação será interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau que, após as formalidades necessárias, remeterá os autos ao tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade.
- c) A apelação interposta por Igor não terá efeito suspensivo e, se for o caso, poderá suscitar as questões de fato não propostas no juízo inferior, desde que comprove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- d) O tribunal não poderá debruçar-se sobre todos os fundamentos do pedido ou da defesa, devendo restringir-se àquele que foi acolhido pelo juízo de 1º grau.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Daniel, em dia de sol, levou sua filha, Flavia, de 05 anos, para a piscina do clube. Enquanto a filha brincava na piscina infantil, Daniel precisou ir ao banheiro, solicitando, então, que sua amiga Célia, que estava no local, ficasse atenta para que nada de mal ocorresse com Flavia. Porem, Célia, que sempre foi apaixonada por Valter, salva-vidas da piscina do clube, começou a conversar com ele e ambos ficam de costas para a piscina, não atentando para as crianças que lá estavam. Naquele momento Flavia começa a se afogar ficando embaixo da água por tempo suficiente para causar sua morte, sendo que, seu pai não vê quando tudo acontece pois estava no banheiro naquele momento, porém, Valter e Célia não veem o afogamento da criança porque estavam de costas para a piscina conversando.

Diante do resultado morte ocorrido, você como advogado (a) poderá esclarecer aos três agentes envolvidos na situação, no que tange à responsabilização penal, que:

- a) Célia e Valter, apenas, poderão responder por homicídio culposo, já que podiam atuar e possuíam obrigação de agir na situação.
- b) Daniel, apenas, poderá responder por homicídio culposo, já que era o único com dever legal de agir por ser pai da criança.
- c) Daniel, Célia, Valter poderão responder por homicídio culposo, já que os três tinham o dever de agir.
- d) Valter, apenas, poderá responder pelo crime de omissão de socorro.

Questão 59

Pedro, desempregado, decide utilizar seu conhecimento de engenharia para fabricar máquina destinada à falsificação de moedas, em seguida, falsifica uma nota de R\$ 3,00 (três reais) e, com um colega também envolvido com falsificações, tenta colocá-la em circulação, para provar o sucesso e qualidade da falsificação. Porém, a pessoa que recebe a moeda percebe a falsidade rapidamente, em razão do valor suspeito, chamando a Polícia, que apreende a moeda e o maquinário. Pedro é indiciado e, já na Delegacia, liga para você, advogado(a), que deverá esclarecer que sua conduta configura:

- a) atos preparatórios, sem a prática de qualquer delito.
- b) crimes de moeda falsa e de petrechos para falsificação de moeda.
- c) crime de petrechos para falsificação de moeda, apenas.
- d) crime de moeda falsa, apenas, em sua modalidade tentada.

Questão 60

Victor, insatisfeito e com ciúmes em relação à forma de dançar de sua esposa, Claudia, efetua disparos de arma de fogo contra ela, com a intenção de matar, porém, após acertar dois disparos no tórax da esposa, Victor a leva para o hospital, onde ela fica em coma por 5 dias vindo a falecer, em razão das lesões causadas pelos disparos da arma de fogo. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público oferece denúncia em face de Victor, imputando-lhe a prática do crime de feminicídio do Art. 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, uma vez que, dias depois da prática da conduta mas antes da morte de Claudia, foi publicada a Lei nº 13.104, que previu a qualificadora antes mencionada, pelo fato de o crime ter sido praticado contra a mulher por razão de ser ela do gênero feminino. Em seguida, os autos são encaminhados a você advogado(a) de Victor para manifestação.

Considerando apenas as informações narradas, você como advogado(a) poderá, no momento da manifestação para a qual foi intimado, adotar a seguinte tese defensiva:

- a) reconhecimento do arrependimento eficaz.
- b) afastamento da qualificadora do homicídio.
- c) reconhecimento da desistência voluntária.
- d) reconhecimento da causa de diminuição de pena da tentativa.

Questão 61

Felipe e Rafael combinam de praticar um crime de furto em determinada escola, com a intenção de subtrair computadores. Felipe, então, sugere que o ato seja praticado em um domingo, quando o local estaria totalmente vazio e nenhuma criança seria diretamente prejudicada. Então, Felipe auxilia Rafael a entrar por uma janela lateral e depois entra pela porta dos fundos da unidade. Já no interior do local, eles percebem que a escola estava cheia em razão de comemoração do “Dia dos Pais”; então, Felipe pega um laptop e sai pela porta dos fundos, mas Rafael, que estava armado, sem que Felipe soubesse disso, anuncia um assalto e subtrai bens e joias de todos. Dias depois, Felipe e Rafael são identificados e denunciados pelo crime de roubo majorado, em concurso de agentes. Com base apenas nas informações narradas, você, como advogado (a) de defesa de Felipe, deverá pleitear o reconhecimento da:

- a) participação de menor importância, gerando causa de diminuição de pena.
- b) cooperação dolosamente distinta, gerando causa de diminuição de pena.
- c) cooperação dolosamente distinta, gerando aplicação da pena do crime menos grave.
- d) participação de menor importância, gerando aplicação da pena do crime menos grave.

Questão 62

Leandro, estava em dificuldades financeiras em razão de gastos contínuos com drogas para consumo próprio, em 15/08/2018, furtou, em comunhão de ações e desígnios com seu amigo de infância José, o aparelho de telefonia celular de seu pai, Guilherme, nascido em 15/12/1957. Após a descoberta dos fatos, Guilherme compareceu à delegacia de polícia e narrou o ocorrido, apontando os autores do fato, que vieram a ser denunciados pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes. No momento da sentença, foi reconhecida causa de isenção de pena em relação aos denunciados, em face da vítima ser pai de um dos autores do fato. Inconformado, Guilherme, na condição de assistente de acusação habilitado, demonstrou interesse em recorrer, sendo assim, você, como seu advogado(a), de deverá esclarecer que:

- a) os dois denunciados fazem jus a causa de isenção de pena da escusa absolutória, conforme reconhecido pelo magistrado, já que a circunstância de a vítima ser pai de Leonardo deve ser estendida para João.
- b) nenhum dos dois denunciados faz jus à causa de isenção de pena da escusa absolutória, devendo, confirmada a autoria, ambos ser condenados e aplicada pena.
- c) somente Leonardo faz jus a causa de isenção de pena da escusa absolutória, não podendo esta ser estendida ao coautor.
- d) somente João faz jus a causa de isenção de pena da escusa absolutória, não podendo esta ser estendida ao coautor.

Questão 63

Inconformado com o fato de Marcelo ter votado em um candidato que defendia ideologia diferente da sua, Jorge desferiu tiros contra seu colega com a intenção de matá-lo, e acreditando ter obtido o resultado desejado, levou o corpo da vítima até uma praia deserta e o jogou no mar. Entretanto, uma semana depois, o corpo da vítima foi encontrado, sendo constatado que a esta morreu afogada. Descobertos os fatos, Jorge foi preso e denunciado pela prática de dois crimes de homicídio qualificados, em concurso material, e você, chamado a atuar como advogado(a) de Jorge, deverá alegar como tese defensiva que ele somente deve ser responsabilizado:

- a) pelo crime de lesão corporal, considerando a existência de causa superveniente, relativamente independente, que, por si só, causou o resultado.
- b) por um crime de homicídio culposo, na forma consumada.
- c) por um crime de homicídio doloso qualificado, na forma tentada, e por um crime de homicídio culposo, na forma consumada, em concurso material.
- d) por um crime de homicídio doloso qualificado, na forma consumada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Manoel, após longa investigação policial, foi identificado como um dos responsáveis pela prática de atos de terrorismo. Ao ser intimado a prestar declarações, descobriu-se que seu documento de identidade estava em péssimo estado de conservação, além do fato de ser muito antigo. O delegado, então, representou pela prisão temporária. Acerca da prisão temporária (Lei 7.960/89), assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A prisão temporária, modalidade de prisão cautelar, pode ser decretada tanto na fase de investigação quanto na instrução penal, quando se deseja evitar a destruição de provas.
- b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial.
- c) A prisão temporária terá o prazo máximo de 30 dias, no presente caso, prorrogável por mais 30 desde que se comprove sua necessidade.
- d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados.

Questão 65

Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

Questão 66

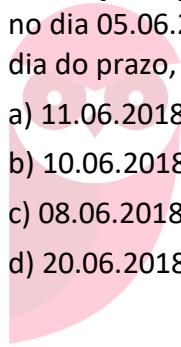
Aponte a alternativa integralmente correta em relação ao procedimento comum summaríssimo (JECRIM - Lei 9.099/95):

- a) a formalização do auto de prisão em flagrante será possível se o suspeito se recusar a comparecer ao Juizado Especial Criminal quando for notificado para a audiência preliminar.
- b) caberá apelação da decisão judicial que homologa a composição civil dos danos.
- c) o Ministério Público poderá optar entre a apresentação de proposta de transação penal e o arquivamento.
- d) o crime de lesão corporal passou a ser condicionado à representação da autoridade policial, como condição objetiva de procedibilidade, apenas nos casos da lesão ser leve ou culposa e não for hipótese de aplicação da Lei Maria da Penha.

Questão 67

Alessandra foi vítima de um crime de lesão corporal grave (art. 129, § 1º, CP) em 03.03.2018. Carlos, o agressor, foi condenado a 4 anos de reclusão em regime fechado, por ser reincidente. A sentença foi publicada no dia 03.06.2018. A defesa do réu e o acusado foram intimados da decisão no dia 05.06.2018, uma terça-feira. Sabendo que a defesa interpôs o recurso de apelação no último dia do prazo, essa data será:

- a) 11.06.2018.
- b) 10.06.2018.
- c) 08.06.2018.
- d) 20.06.2018.

 **Estratégia**
OAB**Questão 68**

Qual das hipóteses abaixo traz uma situação em que o processo não transitou em julgado:

- a) Quando todos os recursos já foram utilizados.
- b) Quando as partes renunciam ao direito de recorrer.
- c) Quando o juiz determina a execução provisória da pena do réu no Júri.
- d) Quando as partes perdem o prazo para recorrer.

Questão 69

Felipe e Siqueira, agindo com unidade de desígnios, concorreram para a prática de um roubo a uma agência do Banco Itaú. Felipe, na data do crime, tinha apenas 19 anos, enquanto Siqueira estava com 48 anos de idade. Ambos foram denunciados e condenados à pena mínima do roubo em primeira instância. O MP ficou inerte e os dois réus recorreram pedindo ao Tribunal a mesma tese: absolvição por falta de provas. A 2^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça proferiu diferentes decisões para cada réu: no caso de Felipe, mesmo sem o pedido da defesa, julgou-se extinta a punibilidade pela prescrição. Já no caso de Siqueira, o Tribunal decidiu majorar a pena do réu em 1/6. A respeito dos efeitos dos recursos, aponte a alternativa CORRETA:

- a) No caso de Felipe, estamos diante do efeito translativo; no caso de Siqueira, houve desrespeito ao princípio da vedação da reformatio in pejus indireta.
- b) No caso de Felipe, estamos diante do efeito suspensivo; no caso de Siqueira, houve desrespeito ao efeito devolutivo.
- c) No caso de Felipe, estamos diante do efeito translativo; no caso de Siqueira, houve desrespeito ao princípio da vedação da reformatio in pejus direta.
- d) No caso de Felipe, estamos diante do efeito devolutivo; no caso de Siqueira, houve desrespeito ao efeito suspensivo.



Estratégia

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

OAB

Adélio trabalha para a empresa “Tortuguita Doces” LTDA., de segunda a sexta-feira das 09:00 às 17:00h. Acontece que, em um determinado dia, Adélio acidentou-se durante o seu horário de almoço, o que acarretou diversas fraturas no corpo e o seu afastamento das funções laborais por 60 dias, com a devida percepção do benefício previdenciário. Quando do retorno do empregado, a empresa procedeu a sua dispensa, ainda que sob protestos do empregado, o qual alegava a sua estabilidade provisória no trabalho.

Diante do entendimento legal, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa agiu corretamente, já que o acidente ocorrido no intervalo para refeição e descanso não se equipara a acidente do trabalho para fins de estabilidade.
- b) A empresa agiu equivocadamente, já que o empregado possui estabilidade provisória de 12 meses, a contar da cessação do benefício previdenciário, sendo o incidente equiparado a acidente do trabalho.
- c) A empresa agiu equivocadamente, já que a dispensa apenas pode se operar no intervalo de 30 dias do retorno do empregado ao emprego, sendo que o afastamento não gerou estabilidade.
- d) A empresa agiu de forma acertada, já que o empregado possui estabilidade provisória apenas durante o período do afastamento.

Questão 71

A sociedade empresária “X”, em sede de acordo individual, estipulou um plano de cargos e salários aos seus empregados, de forma que as promoções seriam realizadas apenas no critério de merecimento.

Inconformada com essa situação, Xuxa pede demissão e ingressa com Reclamação Trabalhista pleiteando equiparação salarial com Tício, o qual percebe remuneração superior à de Xuxa, sob a justificativa de merecimento, e por ele estar na empresa desde 2018 e ela desde 2019.

Diante do caso narrado e da legislação atual, assinale a alternativa correta.

- a) Xuxa não terá êxito na Reclamação Trabalhista, já que o plano de cargo e salário é um impedimento para a equiparação salarial, independentemente se estipulado por merecimento ou antiguidade.
- b) A equiparação salarial deverá ser deferida pela Justiça do Trabalho, já que inválido o plano de cargos e salários, quando fixado em apenas um dos critérios, merecimento ou antiguidade.
- c) A equiparação salarial deverá ser deferida, já que o plano de cargos e salários não é válido, diante da estipulação via acordo individual.
- d) Xuxa não terá êxito na Reclamação Trabalhista, já que a diferença de tempo de serviço é superior ao legalmente admitido para fins de equiparação.

Questão 72

Joseval, professor, retorna às suas atividades laborais de forma presencial, sendo informado pelo empregador que não se manterá o regime de teletrabalho. Contudo, cinco dias após o seu retorno, o empregado é surpreendido com o falecimento de sua mãe, internada por Covid-19.

Nesta situação, acerca dos efeitos do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Joseval terá o contrato de trabalho suspenso por três dias, hipótese em que não laborará, mas será remunerado.
- b) Joseval terá o contrato de trabalho interrompido por nove dias, hipótese em que não laborará, mas será remunerado.
- c) Joseval terá o contrato de trabalho suspenso por nove dias, hipótese em que não laborará, e tampouco será remunerado.
- d) Joseval terá o contrato de trabalho interrompido por três dias, hipótese em que não laborará, mas será remunerado.

Questão 73

Josefina, doméstica, trabalha na casa do Sr. Josecleyton Ferreira em uma jornada de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00h, com intervalo de 01 hora para refeição e descanso. Contudo, Josefina, por diversas vezes, labora em regime extraordinário e sem perceber qualquer remuneração extra, sob a alegação de que doméstica não possui controle de jornada.

Acerca das regras de controle de jornada, assinale a afirmativa correta.

- a) O controle escrito de jornada não é necessário, já que o empregador doméstico possui menos de 20 empregados em sua residência.
- b) O controle de jornada não é obrigatório para o empregador doméstico, independentemente do número de empregados.
- c) O controle de jornada para o empregador doméstico é obrigatório, quando houver mais de 10 empregados.
- d) O controle de jornada escrito, por qualquer meio manual, mecânico ou eletrônico, é obrigatório para as relações formadas entre empregados e empregadores domésticos.

Questão 74

Joana ingressa com Reclamação Trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras diárias por todo o interregno laboral, e com o respectivo adicional de 100%, conforme estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho. Contudo, nos autos do processo, a reclamada demonstra a existência de um Acordo Coletivo de Trabalho que estipula o adicional de hora extra na razão de 60% sobre a hora normal.

Considerando-se que a CF/88 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determinam como o adicional de hora extra sendo de 50% sobre a hora normal, assinale a alternativa que contenha o instrumento que o magistrado deverá se pautar para deferir o adicional de hora extra.

- a) Acordo Coletivo de Trabalho.
- b) Constituição Federal (CF/88).
- c) Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- d) Convenção Coletiva de Trabalho.

Questão 75

Os metroviários de São Paulo instauraram uma grande greve em São Paulo, de forma a se paralisar todas as linhas do metrô, e gerando um completo caos no transporte público.

Os sindicatos estão em tratativas de acordo, apesar da resistência dos metroviários em retornar com as suas atividades, ainda que parcial.

Assim, nos termos da legislação vigente, Lei n. 7.783/89, assinale a alternativa correta.

- a) O transporte coletivo é considerado atividade essencial e, por tal razão, a paralisação total das atividades implica em suspensão do contrato de trabalho, diante do abuso do direito de greve.
- b) Os grevistas podem realizar a paralisação total de suas atividades, ainda que de serviço essencial, para fins de garantir a negociação com o empregador.
- c) A legislação veda a greve em atividades essenciais, quando não precedida de negociação coletiva.
- d) O transporte coletivo é considerado atividade essencial e, por tal razão, deve-se garantir que os trabalhadores, durante a greve, continuem a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.



Estratégia

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

O magistrado da 2^a Vara do Trabalho homologou acordo judicial no processo instaurado por Bernardo Silva contra a Empresa “WSX”, operando-se a coisa julgada em 10/08/2021. Contudo, um ano após a homologação do acordo, o empregado alega ter sido coagido e instaura Ação Rescisória no Tribunal Regional do Trabalho, extinta sem a resolução do mérito.

Diante da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que extingue a ação rescisória sem resolução do mérito, é cabível

- a) recurso de revista no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- c) recurso ordinário no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- d) agravo de petição no prazo de 8 (oito) dias úteis.

Questão 77

Zé ajuizou Reclamação Trabalhista perante a empresa “XP” LTDA. E, após a devida instrução processual, o magistrado julgou a ação parcialmente procedente, tendo julgado improcedente apenas o pedido de horas extras. A Secretaria da 2^a Vara do Trabalho certificou que no prazo legal houve somente a interposição de recurso ordinário por parte da “XP” LTDA.

Assim, Zé foi notificado e, nesta situação, poderá:

- a) Apresentar somente contrarrazões ao recurso ordinário, no prazo de oito dias úteis.
- b) Interpor recurso adesivo quanto ao pedido de horas extras, no prazo de oito dias úteis e apresentar contrarrazões ao recurso ordinário.
- c) Interpor recurso ordinário, no prazo de oito dias úteis, contados da publicação da sentença.
- d) Interpor recurso de revista quanto ao pedido de horas extras, no prazo de oito dias úteis, contados da publicação da sentença.

Questão 78

A Empresa “Casa do Ouro”, interpôs Recurso Ordinário, no segundo dia de prazo, diante da sentença proferida pela 5^a Vara do Trabalho de Salvador, sendo esta fruto da ação trabalhista proposta por Sônia. Contudo, apenas no oitavo dia, a empresa protocolizou petição juntando as guias de custas e depósito recursal, naquele momento recolhidos.

Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

- a) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.
- b) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.
- c) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.
- d) considerado deserto, sendo negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.

Questão 79

Abelardo ajuizou ação trabalhista pelo procedimento sumaríssimo perante a empresa “Z” . Na audiência designada, o advogado do reclamante informou que a sua principal testemunha não havia comparecido, apesar de o convite ter sido realizado via contato telefônico. Neste caso, diante da ausência de provas do convite realizado à testemunha, o Juiz deverá

- a) indeferir a designação de nova data para a audiência, pois Abelardo deveria ter arrolado sua testemunha cinco dias antes da data de sua realização.
- b) indeferir a designação de nova data para audiência, pois Abelardo deveria comprovar documentalmente o convite para sua testemunha.
- c) indeferir a designação de nova data para a audiência, pois Abelardo deveria ter arrolado suas testemunhas com a petição inicial, o que não fez.
- d) deferir a designação de nova audiência, pois no processo trabalhista as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, podendo ser intimadas as que não comparecerem, a requerimento da parte.

Questão 80

A empresa “Flor do Campo” Ltda. foi demandada em ação trabalhista proposta por Jurema Campos. A sentença condenou a ré em todos os pedidos realizados pelo autor, o qual ainda interpôs embargos de declaração com o intuito de esclarecer algumas supostas contradições no julgado.

Nesta situação, considerando que a ré pretende recorrer, o prazo para a interposição de eventual recurso ordinário estará:

- a) Interrompido, contando-se apenas os dias remanescentes para a interposição do recurso ordinário, a partir da decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
- b) Suspenso, devolvendo-se o prazo integral para a interposição do recurso ordinário.
- c) Suspenso, contando-se apenas os dias remanescentes para a interposição do recurso ordinário, após a decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
- d) Interrompido, devolvendo-se o prazo de origem para a interposição do recurso ordinário, a partir da decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!



Estratégia
OAB

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>